

## **EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA E O ADMINISTRADOR INDÍGENA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**RENAN CARLOS KLICHOWSKI**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)  
renan.kli@outlook.com

**MARCIO PASCOAL CASSANDRE**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)  
mcassandre@hotmail.com

**WAGNER ROBERTO DO AMARAL**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)  
wramaral2011@hotmail.com

# EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA E O ADMINISTRADOR INDÍGENA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo de Amaral (2010) destaca que a partir do ingresso na universidade, o estudante indígena passa a viver em um estado árduo e de desequilíbrio, tendo que lidar com a sociedade indígena e não indígena simultaneamente. O autor chama de duplo pertencimento, esse fenômeno vivido diariamente por esses indígenas, que precisam conviver, negociar e sustentar sua pertença acadêmica e étnico comunitária. Ainda, segundo Amaral (2010), as condições para a sobrevivência em meio a um duplo pertencimento não foram incluídas nas políticas públicas e a preocupação do estado resume-se em dar oportunidade para indígenas ingressarem nas universidades.

Em Cassandre, Amaral e Silva (2015) ampliou-se o estudo relacionado ao duplo pertencimento, quando os autores explicam que um indígena ao mesmo tempo que é estudante do curso de Administração, também é membro da etnia Guarani. Nesse trabalho, pode-se constatar alguns aspectos da história de vida de um estudante indígena, compreendida pelas questões relativas à sua expectativa profissional de administrador, a partir de sua formação. Observou-se a existência de noções diferentes do indígena para assuntos cotidianos do universo das sociedades não indígenas, como por exemplo, o acúmulo de bens e as relações de trabalho. Angnes et al (2015) refletem que historicamente, o estudante, para entrar no mercado de trabalho, almeja conquistar com o curso superior um diferencial competitivo. Apesar de reconhecer a inovação do estado do Paraná a partir do vestibular destinado especificamente aos povos indígenas, as autoras compreendem como um novo paradigma o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudantes indígenas no ensino superior, diferente do comumente desejado pelos não indígenas. Este presente estudo inclui também como novo paradigma a profissão de um administrador indígena.

Diante desse cenário, faz-se importante conhecer os problemas, as dificuldades, as carências e as situações da vivência desses sujeitos, no contexto acadêmico, profissional e comunitário. Para Angnes et al (2015), alguns dos motivos problematizam essa entrada, permanência e conclusão dos estudos de indígenas no curso superior estão relacionados à infraestrutura, que se tornou mais complexa e não foi adaptada. Outro motivo apontado pelas autoras relaciona-se aos índices significativos de evasão desses alunos indígenas. Também entendem que a dificuldade de conclusão dos estudos está ligada à questões psicossociais, ainda não investigadas. Por último, relatam o preconceito social de professores e universitários que desconhecem os indígenas, e quando perguntados sobre o que compreendem sobre os povos indígenas relatam que são atrasados, protetores das florestas, canibais, violentos, distantes e que vivem na Amazônia em meio às florestas.

Segundo levantamento do professor Wagner Roberto do Amaral (COMISSÃO, 2016), no ano de 2016 existem 163 indígenas matriculados em universidades paranaenses, sendo de diversas áreas de concentração, dentre elas, 31 estão na área de Ciências Sociais Aplicadas e nesta área, nove cursam Administração. Compreende-se ser fundamental ouvir o que esses sujeitos têm a dizer, incorporar suas contribuições, seus saberes, seus fazeres e práticas para que a universidade possa incluí-los à comunidade acadêmica.

Neste sentido, a presente pesquisa tem por objetivo identificar como são abordados os estudos que refletem a temática de educação superior indígena e a profissão administrador indígena no cenário brasileiro e internacional, com o intuito de reunir o debate acadêmico. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio das palavras-chave em português e inglês: universidade (*university*), indígenas (*indigenous*), educação (*education*),

administrador (*business administration*), intercultural (*intercultural*), universidade intercultural (*intercultural university/ cross-cultural university*), na plataforma de pesquisas nacional Spell e na internacional ProQuest, sem nenhuma restrição de recorte temporal. A análise foi realizada pela sistematização por assunto, autores, área temática, país e ano de publicação, que permitiu uma exploração da temática e organização dos achados.

Destaca-se que políticas públicas de educação superior indígena no Brasil são recentes se considerados os 517 anos de contato entre as sociedades indígenas e as sociedades não indígenas no território brasileiro. Neste sentido, as fragilidades do processo de formação de administradores indígenas nas universidades públicas necessitam ser compreendidas e referenciadas para que se tenha um campo crítico, de avaliações e proposições, tanto para essas organizações formativas, como para as organizações que possam contratar profissionais formados, bem como pela sociedade indígena e não indígenas.

Em Amaral (2010) e Ferreira e Hanashiro (2015) foi apontado a escassez de publicações em relação a estudantes indígenas no ensino superior. Assim, o presente estudo justifica-se na emergência da existência dessa fonte de referência para abertura de discussões na área, haja vista: a) o possível desinteresse acadêmico da área de Administração em estudar este tema; b) a importância do gestor conhecer políticas educacionais e suas configurações para o incentivo, a manutenção e o suporte à participação dos estudantes indígenas nos cursos superiores; c) a compreensão e socialização do conhecimento produzido local e internacionalmente sobre experiências de outras áreas do conhecimento sobre inclusão da agenda de debate da educação superior indígena. Assim, o presente artigo foi articulado e dividido em quatro capítulos: (1) introdução, (2) publicações brasileiras: educação superior indígenas e o profissional administrador indígena, (3) publicações internacionais: educação superior indígenas e o profissional administrador indígena e (4) considerações finais.

## **2 PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS: EDUCAÇÃO INDÍGENA E O PROFISSIONAL ADMINISTRADOR INDÍGENA**

Por meio de um levantamento nos principais periódicos e eventos científicos da área de Administração e Estudos Organizacionais, buscou-se publicações que discutissem a educação (de forma geral) e educação superior indígena e que apresentassem qualquer destaque à formação e à profissão de administrador indígena, a fim de constatar a incidência de publicações em relação a esta área e os desdobramentos das referências encontradas para o estabelecimento de uma base teórica de suporte à elaboração de uma dissertação mestrado em andamento sobre a temática da formação do estudante indígena em Administração. Para tanto, selecionou-se a plataforma de pesquisas *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell), que engloba 97 periódicos nacionais, segundo o sítio online desta plataforma, sendo um repositório de artigos científicos, sistema de indexação, busca de artigos e informação sobre periódicos (SPELL, 2017).

Encontrou-se vinte e quatro títulos que discutem questões relacionadas a povos indígena no Brasil, sendo quatorze dessas publicações dos últimos cinco anos, conforme exibido no quadro 01. O artigos encontrados foram organizados em seis áreas temáticas reunidas por pontos de reflexão em comum, sendo que apenas uma delas refletia a educação superior indígena, tratando especificamente a formação de um administrador indígena. As outras cinco áreas temáticas foram: (1) feminismo, (2) diversidade cultural, (3) turismo em

áreas indígenas, (4) práticas de ensino<sup>1</sup>, (5) discussões político-sociais sobre áreas indígenas e a já mencionada (6) educação superior indígena.

Quadro 01: Áreas temáticas

Área Temática	Quantidade	Publicações
<b>Feminismo</b>	1	Maguirre, Ruelas e Torre (2016).
<b>Diversidade cultural</b>	8	Quinzani, Capovilla e Corrêa (2016); Fernandes, Mitiko e Hanashiro (2015) Zambrano e Páucar, (2014); Pedro Filho (2013); Gonzales, Garcia e Ortega (2012); Brito, Ribeiro e Souza (2010); Sampaio e Egaña (2006); Ricardino e Martins (2004).
<b>Turismo em áreas indígenas</b>	6	Brandão, Barbieri e Reys Junior (2015); Ferreira (2014); Brandão, Barbieri e João (2014); Orquera (2011); Paes e Paes (2009); Yázigi (2007).
<b>Práticas de ensino</b>	1	Stallivieri e Gonçalves (2015)
<b>Discussões político-sociais sobre áreas indígenas</b>	7	Zimmerli e Siena (2013); Paula (2013); Huayta e Passador (2012); Luz (2007); Sanches e Villas-Bôas (2005); Bresler (2004); Mahar (1982).
<b>Educação Superior Indígena</b>	1	Cassandre, Amaral e Silva (2016).
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Fonte: própria autoria, com base na plataforma Spell.

A área temática “feminismo” traz um artigo que desenvolveu um estudo que procurou compreender mecanismos que podem ajudar mulheres a prosperar em meio ao machismo em comunidades indígenas. Já área “diversidade cultural” revelou estudos sobre a mudança, práticas e choques culturais em comunidades indígenas frente ao ocidente e as ideias de desenvolvimento.

Verificou-se que as pesquisas relacionadas ao “turismo em áreas indígenas” exibem estudos sobre as influências positiva e negativas do turismo nas comunidades indígenas, sejam culturais e identitárias, econômicas ou ambientais, às práticas e possíveis melhorias. Um dos artigos, o único que representa “práticas de ensino”, estuda novas práticas no ensino superior que promovem a educação em mais de uma língua e com multiculturalidade em termos internacionais. Não trouxe povos indígenas para o debate mas, mostra uma importante reflexão que pode ser base para estudos que incluam questões indígenas.

Na área “discussões político-sociais sobre áreas indígenas”, evidencia-se debates sobre políticas públicas que influenciam negativamente ou positivamente a vivência dos

<sup>1</sup> A área temática “práticas de ensino” não tratou de povos indígenas, mas trouxe um debate importante sobre a educação intercultural, no caso internacional e optou-se por referenciá-la como uma fonte de pesquisa por ser uma necessária discussão no contexto.

povos indígenas em meio a suas comunidades e sociedade em geral. Além disso, debateu-se conflitos em relação a demarcação, reconhecimento de povos e invasões ocidentais sobre terras indígenas.

A última temática “educação superior indígena”, encontrou-se apenas uma publicação de 2016. Os autores Cassandre, Amaral e Silva (2016) relatam a experiência brasileira, do Estado do Paraná, desvelando particularidades de um estudante indígena do curso de administração, suas experiências, dificuldades e expectativas profissionais. Por meio da metodologia história de vida e estratégia do testemunho (diálogo testemunhal), o artigo revela importantes questões que podem servir de inspiração e fonte de referência para estudos da área.

Este capítulo da pesquisa confirmou a constatação de Amaral (2010) e Ferreira e Hanashiro (2015), revelando a escassez de publicações nas pesquisas brasileiras em relação a presença de estudantes indígenas no ensino superior, encontrando apenas uma publicação sobre a educação (formação) de administradores indígenas. Assim, procurou-se em periódicos internacionais referências para a temática, exibidos no capítulo a seguir.

### **3 PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS: EDUCAÇÃO INDÍGENAS E O PROFISSIONAL ADMINISTRADOR INDÍGENA**

A partir de uma pesquisa realizada na base de dados internacional, a plataforma ProQuest, que possui um número estimado de 125 milhões de páginas digitais, verificou-se como é abordada a temática de educação superior em Administração para povos indígenas pelo mundo (PROQUEST, 2017). As buscas resultaram o número de vinte e três títulos que trabalhavam conceitos associados à educação e indígenas, das quais, apenas uma publicação australiana preocupou-se especificamente com indígenas e o curso de administração. Os estudos são de oito países diferentes, sendo onze da Austrália, cinco do México, duas do Brasil, uma do Canadá, uma dos EUA, uma da Nova Zelândia, uma do Peru e uma de Taiwan ao longo de 16 anos, conforme a quadro 02 a seguir.

Quadro 02: publicações educação e indígenas internacionais por ano

<b>Ano</b>	<b>Austrália</b>	<b>Brasil</b>	<b>Canadá</b>	<b>EUA</b>	<b>México</b>	<b>Nova Zelândia</b>	<b>Peru</b>	<b>Taiwan</b>	<b>Total</b>
<b>2001</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>2005</b>	2	-	-	1	-	-	-	-	3
<b>2006</b>	3	-	-	-	1	-	-	-	4
<b>2007</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>2008</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>2009</b>	-	1	-	-	3	-	-	-	4
<b>2010</b>	-	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>2011</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>2012</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>2014</b>	1	-	1	-	-	-	-	1	3
<b>2015</b>	-	-	-	-	-	1	-	-	1
<b>2016</b>	-	1	-	-	1	-	-	-	2
<b>Total</b>	11	2	1	1	5	1	1	1	23

Fonte: própria autoria, com base na plataforma ProQuest.

Contatou-se que as publicações se relacionavam de alguma forma com o objetivo desta pesquisa. Foram encontradas particularidades nas discussões e, assim como apresentado na pesquisa nacional, procurou-se pontos de convergência que permitiram dividi-las em cinco áreas temáticas de estudo (conforme quadro 03 a baixo): (1) crítica à educação, (2) crítica à educação superior, (3) educação e pós-graduação, (4) educação intercultural, (5) questões sociais (no sentido de envolver populações fragilizadas).

Quadro 03: áreas temáticas por país

Área Temática	Austrália	Brasil	Canadá	EUA	México	Nova Zelândia	Peru	Taiwan	Total
<b>Crítica a Educação</b>	2					1			<b>3</b>
<b>Crítica a Educação Superior</b>	8	1		1	1			1	<b>12</b>
<b>Educação de Pós-Graduação</b>			1						<b>1</b>
<b>Educação intercultural</b>		1			4		1		<b>6</b>
<b>Questões sociais</b>	1								<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>23</b>

Fonte: própria autoria, com base na plataforma ProQuest.

A primeira área temática “crítica à educação” traz três artigos que criticam o sistema educacional como um todo, sendo dois deles australianos e um da Nova Zelândia. A primeira publicação australiana, intitulada “*Special schooling for indigenous students: a new form of racial discrimination?*” (PLEVITZ, 2006) exhibe dados que demonstram que escolas canadenses, da República Checa (e outras da Europa) e da Austrália (foco da pesquisa, mais especificamente Nova Gales do Sul – NSW) têm quantidades elevadas de indígenas estudando em escolas especiais para deficientes intelectuais e com distúrbios de comportamento. A autor questiona essa realidade e chama de racismo sistêmico ou uma forma de discriminação racial indireta, pois os critérios e as formas de avaliação de comportamento e de QI não levam em consideração as diferenças culturais, subestimam a capacidade dos indígenas e avaliam o status de normalidade levando em consideração apenas características ocidentais. Assim, restringe-se a educação *mainstream* e segregam os estudantes indígenas colocando-os em educação especial. Nesse sentido, compreende-se que este artigo revela uma forma de racismo velado (dentre outros que possam existir) e que precisa ser discutido na temática. Outro estudo australiano, “*Engaging the Disengaged?: A Longitudinal Analysis of the Relations Between Indigenous and Non-Indigenous Australian Students’ Academic Self-Concept and Disengagement*” (BODKIN-ANDREWSSET et. al, 2012) trabalha a ligação entre autoestima, autoconceito, desengajamento e ser indígena na educação (nível equivalente ao ensino médio brasileiro) na Austrália. Os resultados da pesquisa indicados não são conclusivos, mas demonstraram que é necessário o acompanhamento dos estudantes indígenas na escola e a criação de um ambiente escolar favorável para seu aprendizado para diminuir o desengajamento (ou a desistência, evasão).

O artigo da Nova Zelândia intitulado “*Success for All: Eroding the culture of power in the one-to-one teaching and learning context*” (RAKENA, AIRINI e BROWN, 2015) desenvolve uma reflexão sobre ensino e aprendizagem no contexto da Nova Zelândia em relação à educação de indígenas e minorias em uma escola musical de modelo conservatório europeu. Este artigo difere-se um pouco da área temática, mas contribui em demonstrar como

pode ser o olhar de um indígena perante uma instituição de ensino culturalmente adversa, e com isso, como deve-se olhar para o modelo de ensino e aprendizagem e contextualizá-lo.

Na área temática “crítica à educação superior” foram alocadas doze pesquisas, sendo oito delas da Austrália, uma do Brasil (publicada em inglês em periódico internacional), uma dos EUA, uma do México e uma de Taiwan. O artigo brasileiro, “*Indigenous in the Universidade do Estado do Amazonas*” (ESTÁCIO e ALMEIDA, 2016) apresenta a experiência do Estado do Amazonas (Brasil) em relação a reserva de vagas para povos indígenas, refletindo que a criação de vagas para indígenas estudarem em universidades não é suficiente, é necessário também um acompanhamento institucional a partir desse ingresso, para que sejam amenizadas as dificuldades oriundas de diferenças étnico-culturais. A mais antiga das publicações desta área temática, de 2001, o artigo australiano “*Changes in conceptions of learning for Indigenous Australian university students*” (BOULTON-LEWIS; WILSS e LEWIS, 2001), da área da Psicologia, apresenta um estudo fenomenográfico longitudinal para compreender a aprendizagem de estudantes indígenas de três universidades australianas, analisando os dois primeiros anos deles na universidade. Seus resultados dão conta de que os estudantes universitários indígenas têm concepções de aprendizagem semelhantes às dos não indígenas, mas com algumas diferenças intrínsecas. O motivo expresso pelos autores para essas diferenças está relacionado principalmente à falta de preparação dos indígenas para o modelo de educação que são forçados a estudar, falta de conhecimento prévio e diferenças culturais. O artigo informa que a partir do segundo ano na universidade esses estudantes passam a ter uma maior consciência de aprendizagem, o que remete para a temática a necessidade de um tempo de adaptação e reconhecimento prévio para os indígenas que ingressam na universidade, na tentativa de garantir a sua permanência.

Outras três publicações desta área temática, retratam a experiência australiana em recrutar e reter estudantes indígenas para universidade em uma área carente da sociedade indígenas: a saúde, mais especificamente para o curso de enfermagem. O artigo “*Meeting the challenges of recruitment and retention of Indigenous people into nursing: outcomes of the Indigenous Nurse Education Working Group*” (USHER, TURALE, e GOOLD, 2005b) junto ao artigo “*An innovative nurse education program in the Torres Strait Islands*” (LYNDSAY, MACKAY, USHER, 2005) revelaram estratégias para recrutamento e retenção de estudantes indígenas na universidade de enfermagem, sendo importantes experiências que denotam a possibilidade de apoio aos indígenas para conseguirem manter-se nos estudos, como a criação de um campus universitário próximo à aldeia. “*Improving the health of Indigenous Australians: reforms in nursing education. An opinion piece of international interest*” (TURALE e MILLER, 2006) desenvolveu uma contextualização histórica que demonstra que os povos indígenas australianos sofreram, assim como os povos indígenas brasileiros, com a colonização que devastou e quase destruiu a cultura. Além disso, exibiu trinta e duas recomendações, de um grupo de trabalho local para serem empregadas em sete anos, para uma educação superior em enfermagem inclusiva em relação a indígenas. Tais recomendações podem servir de inspiração para outros estudos semelhantes, destacando-se o estabelecimento de conteúdos obrigatórios que considerem a cultura, saúde e história dos povos indígenas, organização de espaços reservados para a manifestação culturais diversas, pagamento de bolsa-subsídio para apoio financeiro para indígenas, apoio e aconselhamentos culturalmente apropriados aos estudantes, parcerias entre as escolas de enfermagem e comunidades indígenas.

Ainda nesta área temática, outros dois títulos também australianos debatem formas encontradas pelos estudantes indígenas na universidade de se auto ajudarem. Em “*Third Spaces within Tertiary Places Indigenous Australian Studies*” (DODGEON e FIELDER,

2006) pode ser destacada a composição teórica que trouxe (1) pensamentos de Michel Certeau relacionadas a lugar e espaço para refletir a criação de espaços dentro da universidade pelos próprios indígenas e de (2) reflexões de Homi K. Bhabha em relação ao terceiro espaço ou um espaço no qual o essencialismo ou extremismo cultural é deixado de lado. Além disso, mostra um formato de universidade intercultural australiana que aproxima as noções ocidentais da cultura indígena para a formação do currículo universitário, por meio de medidas como o envolvimento de docentes indígenas culturalmente diversos com docentes não indígenas, aproximar as necessidades das comunidades para a sala de aula e privilegiar conhecimentos indígenas nos contextos acadêmicos.

O estudo mexicano “*Centering indigenous college student voices and perspectives through photovoice and photo-elicitation*” (MINTHORN e MARSH, 2016) debate o discurso colonialista presente nas formas de ensinar e como os livros são preparados por uma visão colonialista, ou seja, para não índios, fatos que criam barreiras na aprendizagem de estudantes indígena. Por outro lado, demonstra que os próprios estudantes indígenas criam estratégias para convirem juntos, criando espaços de convivência, uma alternativa que pode ser institucionalizada pela universidade.

O artigo “*Indigenous higher education: the role of universities in releasing the potential*” (ANDERSEN, BUNDA e WALTERS, 2008) inicia criticando os números da baixa participação de indígenas no ensino superior, pós graduação, mestrado, doutorado, na Austrália para na sequência exibir experiências de universidades locais que provam que existe potencial nos povos indígenas para mudar esse cenário, desde que sejam tomadas medidas que estejam em consonância com as expectativas e com as necessidades dos estudantes indígenas, desenvolvendo programas de apoio e estruturando uma universidade acolhedora.

Outra publicação australiana, “*Indigenous Perspectives Enriching Scholarship*” (LARKIN, 2011), faz uma reflexão a respeito da epistemologia dominante, chamada pelo autor de “positivismo neoliberal”, impregnada na produção do conhecimento ocidental, organização de currículos e cursos superiores que recebem indígenas. A educação pautada nessa epistemologia é racista (ou etnocêntrica) em uma reprodução de conhecimento tido como único, ridicularizando e limitador do conhecimento indígena. Pode-se dizer que as reflexões dessas publicações podem contribuir para estudos críticos de cunho cultural e étnico.

O artigo norte americano “*Hawaiian attributional perspectives on intercultural interactions in higher education: Development of an intercultural sensitizer*” (CRUZA et al., 2005), traz um estudo baseado no “Sensibilizador Intercultural” (*Intercultural Sensitizer – ICS*) que foi utilizado para o estudo da estrutura e métodos de ensino de uma instituição de ensino superior (IES) que já recebe estudantes indígenas ou aborígenes no Havaí, com a intenção de minimizar os problemas relacionados a diferenças culturais. A principal contribuição é enfatizar a importância de se educar funcionários, administradores, técnicos e professores da universidade, no sentido de compreenderem as necessidades acadêmicas de estudantes indígenas.

Na publicação, “*A fresh approach to indigenous business education*” (BAJADA e TRAYLER, 2014) da área temática Crítica a Educação Superior, apresenta o caso da educação superior indígenas na área de Administração, Negócios e Gestão na Austrália. Demonstra quão importante é a formação de indígenas nesta área para Administração de negócios indígenas, de finanças familiares e organização da comunidade. Por meio de um estudo de caso, tenta montar um formato de curso que dê conta de ensinar o conteúdo necessário para a formação, bem como seja capaz de integrar a cultura indígena ao contexto

da área. A proposta indicada é de um curso modular com temáticas interdisciplinares que podem facilitar o percurso acadêmico dos estudantes indígenas.

Na terceira linha temática “educação e pós-graduação” foi encontrada apenas uma publicação de 2014: “*Relationships matter Supporting Aboriginal graduate students in British Columbia Canada*” (PIDGEON, ARCHIBALD e HAWKEY, 2014). Exibe a experiência canadense do projeto que promove apoio a estudantes indígenas na pós-graduação chamado de “SAGE (*Supporting Aboriginal Graduate Enhancement*)” e “U2G (*Aboriginal Transitions: Undergraduate to Graduate*)”. A iniciativa desse projeto é captar e reter estudantes indígenas na pós-graduação, nível educacional no qual existem poucos indígenas e os que participam estão isolados culturalmente. O programa se assemelha em partes a outros que trabalham com o apoio a estudantes indígenas no nível de graduação, por exemplo INEWG (“*Indigenous Nurse Education Working Group*”) da Austrália. Entende-se que essa iniciativa é importante por fecundar estudos de indígenas em nível de mestrado e doutorado e incluí-los no cenário de pesquisa científica.

A área temática “educação intercultural” foram relacionados seis artigos, sendo um brasileiro (publicado em 2009, em inglês) intitulado “*When a university opens itself to diversity: a briefreport on the Intercultural Formation Course for Indigenous Teachers, from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), Brazil*” (REZENDE, 2009). O artigo relata a experiência da UFMG em estruturar um curso de graduação intercultural para formação de professores indígenas, sendo importante para na criação de alternativas de autonomia na educação para povos indígenas. A publicação peruana, “*Indigenous worldviews in intercultural education: teachers’ construction of interculturalism in a bilingual Quechua–Spanish program*” (VALDIVIEZO, 2010), demonstra uma reflexão relativa à alfabetização intercultural bilíngue realizada em aldeias indígenas do Peru, por meio do programa “*bilingual intercultural education – BIE*” (tradução livre: educação intercultural bilíngue). O artigo fez uso da metodologia etnográfica junto aos professores do programa e revelou que focar apenas em alfabetizar nas línguas locais (no caso *quechua*) e espanhol não significa promover a interculturalidade, é necessário também a educação de temas correlatos à cultura local. Percebeu-se a existência de práticas informais de professores, na tentativa de promover a interculturalidade, mas é necessário a institucionalização delas.

O México dispõe de quatro publicações relacionadas ao ensino intercultural. Em “*Intercultural University of Veracruz: a holistic project promoting intercultural education*” (TÉLLES, SANDOVAL e GONZÁLES, 2006) retrata a experiência e a estrutura da Universidade Intercultural UVI – México, a estrutura e objetivos, missão e visão da instituição. Já o artigo “*Building hybrid knowledge at the Intercultural University of Veracruz, Mexico an anthropological study of indigenous contexts*” (ZUANY, 2009), acrescenta os esforços dessa Universidade em envolver professores, estudantes, pesquisadores e comunidades na construção de conhecimento universitário que considera a diversidade de saberes, sejam empíricos ou científicos ocidentais, para a construção de conhecimento híbrido. Partindo da exposição de informações relativas aos baixos índices de estudantes universitários nas universidades mexicanas, o artigo “*Intercultural universities in Mexico: progress and difficulties*” (SCHMELKES, 2009), informa sobre a estrutura de uma universidade intercultural para lançar a crítica de que essa é apenas uma das alternativas para que indígenas ingressem no ensino superior, considerando que as universidades tradicionais (as universidades do modelo de ensino ocidental hegemônico) também devem ser opção para ingresso. O último artigo da temática, também mexicano, “*The discourse of interculturality and its transnational migration towards a comparative analysis of its appropriation by academic and political actors in the state of Veracruz*” (CORTÉS, 2009), propõe uma

reflexão que analisa os discursos institucionais – da Universidade e do Ministério da Educação do Estado de Vera Cruz (México) – e individuais, para demonstrar que o conceito de interculturalidade é ambíguo e incerto, pois depende de perspectivas e interesse por trás que levam a redefinições e ressignificações. Assim, a autora conclui que para ser confiável o conceito de interculturalidade se faz necessário manter o caos conceitual e a ambiguidade. Nesse sentido, compreende-se que esta revisão é importante para que se perceba quão ambíguo é conceito de “interculturalidade”, levando a percepção que essa temática é complexa desde seu significado.

A última área temática desta pesquisa, “questões sociais”, possui uma publicação, o artigo australiano, “*Collaborative research as an anti-poverty tool: a research partnership between police and indigenous Australians*” (EVERSOLE e ROUTH, 2007), traz uma discussão relativa a questões sociais sobre a criminalidade envolvendo populações desfavorecidas, marginalizados e entre eles, os povos indígenas. Apresenta um projeto de pesquisa que inclui poderosas instituições do *mainstream*” (a universidade e a polícia) e representantes de grupo social desfavorecido (povos indígenas australianos, representado pelos estudantes indígenas), para discutir por meio de uma metodologia participativa alternativas para reduzir os índices de criminalidade envolvendo pessoas do grupo em estudo (povos indígenas).

Por uma perspectiva geral, conseguiu-se neste capítulo demonstrar diferentes formas de abordagem da educação superior para povos indígenas pelo mundo. Também foi possível constatar alternativas de pesquisas importantes de referência. O capítulo a seguir, desenvolve-se as impressões da pesquisa.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica constatou a existência de poucos estudos relacionados a educação superior e relacionadas à existência de um profissional indígena administrador. Também percebeu que são necessárias reflexões e avaliações sobre a estrutura educacional, para que exista uma integração dos estudantes indígenas. Conforme alertado por Larkin (2011) o positivismo neoliberal está impregnado na cultura educacional ocidental, sendo uma epistemologia racista, que reproduz conhecimento e ridiculariza outras formas de conhecimento, como a indígena. Plevitz (2006) demonstrou a existência do racismo sistêmico na educação australiana, por exemplo, considerar indígenas como deficientes intelectuais, por meio de uma avaliação que não leva em consideração as diferenças culturais. Outra importante reflexão apresentada por Bodkin-Andrewset et al. (2012), aponta para a necessidade de reorganização das instituições de ensino, que precisam dar condições e acompanhar os estudantes indígenas que ingressam a escola-universidade, ação necessária para reduzir números relacionados a evasão, desengajamento e desistência. O estudo de Rakena, Airini e Brown (2015) pondera que é necessário dar atenção especial para as diferenças e como uma estrutura educacional culturalmente adversa e rígida é repressiva e etnocêntrica, levando a uma assimilação cultural forçada.

Os artigos brasileiros de Estácio e Almeida (2016) e de Cassandre, Amaral e Silva (2016), apesar de sinalizarem que a iniciativa dos Estados brasileiros em criarem vagas exclusiva para povos indígenas nas universidades estaduais é uma importante medida, consideram essa ação não ser suficiente, pois o acompanhamento institucional para que esses estudantes é preponderante para que consigam permanecer e concluir seus estudos. Boulton-

Lewis, Wilss e Lewis (2001) apresentam um estudo informando que a partir do segundo ano na universidade, os estudantes indígenas tomam consciência maior de aprendizagem. Isso sinaliza para as universidades que é necessário oportunizar um tempo de adaptação para estudantes indígenas ingressantes, medida que pode ajudar a evitar o desengajamento e a evasão. Ainda em relação a alternativas para amenizar as dificuldades e diminuir as desistências, Usher et al. (2005a; 2005b) apresentam a alternativa de levar a universidade mais próxima às aldeias, ideia que reduz dificuldades relacionadas ao deslocamento, de gastos financeiros e evita o distanciamento da família e da comunidade. Turale e Miller (2006) exibem uma importante fonte de referência relacionando recomendações para uma estrutura educacional favorável aos indígenas.

Os estudos de Dodgeon, e Fielder (2006), Minthorn e Marsh (2016) e Andersen, Bunda e Walters (2008), também criticam a estrutura educacional superior que não é inclusiva, tem um perfil colonialista desde a estrutura, metodologia de ensino e livros. Mas, avaliam que os próprios estudantes indígenas acabam criando espaços de convivência, terceiros espaços ou grupos de ajuda na tentativa de amenizar as dificuldades. Também afirmam que os indígenas são capazes e têm potencial de crescimento na universidade, principalmente se a instituição de ensino for acolhedora e capaz de institucionalizar estratégias positivas para estudantes e profissionais na promoção de melhorias em suas vivências estudantis. Cruza et al. (2005) inclui a preparação e educação de técnicos, administradores, professores e outros funcionários com uma medida necessária para existência de uma estrutura de universidade inclusiva.

Em relação a educação intercultural, constatou-se um maior número de publicações mexicanas, mas percebeu-se também ser uma novidade na agenda de pesquisas internacional. Destaca-se os estudos da Universidade Intercultural de Vera Cruz (UVI) – México, apresentado nos artigos de Télles, Sandoval, Gonzáles (2006), Zuany (2009), Schmelkes (2009) e Cortés (2009), além do brasileiro Rezende (2009), apresentando a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a crítica peruana de Valdiviezo (2010) sobre a alfabetização intercultural bilíngue. Os estudos destacam a importância da universidade intercultural, que criou um ensino inclusivo para todos os povos, agrega o conhecimento cultural-empírico na matriz curricular, sendo inclusivo e não racista. Schmelkes (2009) é enfático na importância de uma universidade intercultural, mas deixa claro que essa não pode ser a única alternativa para indígenas.

As reflexões de Bajada e Trayler (2014) incluem a formação de administradores como uma emergência para a vivência dos povos indígenas, como retratado também no estudo de Cassandre, Amaral e Silva (2016). Os indígenas possuem negócios e necessitam de pessoas capacitadas para a gestão desses negócios, de sua comunidade e família. Assim a academia precisa dar condições para a formação de profissionais administradores. Pidgeon, Archibald e Hawkey (2014) incluem também emergência de formação de mestres e doutores para a criação de estudiosos e críticos que elevem os estudos indígenas. Desta forma, fica evidente a necessidade de profissionais administradores indígenas, uma agenda de pesquisas e quem sabe, realizada por mestres e doutores indígenas.

De forma geral, a partir da leitura dos artigos de oito diferentes países, contatou-se grandes semelhanças a história dos povos indígenas pelo mundo, que sempre esteve ligada a segregação, discriminação étnico-racial, destruição, assimilação cultural forçosa, dentre outros problemas e conflitos que, em diferentes proporções, vieram ao longo do tempo destruindo a cultura indígena. Outra semelhança é a recente preocupação com a educação superior indígena, tema que merece estudos e debates. Mas, como refletido, não basta aos indígenas a criação de meios para o ingresso a universidade, faz-se importante também

estudos que busquem formatar universidades que promovam a inclusão efetiva e que dê suporte para a permanência e conclusão.

Nesse sentido, compreende-se que as universidades precisam criar condições para a formação de profissionais necessários para as comunidades, como revelou ser a profissão de administrador. Assim, por meio das leituras apresentadas, compreende-se que deve ser pesando em futuros estudos alternativas para: oportunizar ao indígena o ingresso e acompanhamento de sua trajetória acadêmica; sistemáticas que permitam a adaptação prévia dos estudantes indígenas ingressantes, para que possam criar consciência de aprendizagem; formas de criar espaços que oportunizem a reunião de grupos étnicos para convivência, compartilhamento e afirmação cultural; criação de grupo de apoio acadêmico permanente ao estudante indígena promovido pela universidade; meios para garantir assistência estudantil para auxílio financeiro à moradia, alimentação, deslocamento, dentre outros; possibilitar a criação de campus mais próximo a aldeia; criar uma estrutura pedagógica que flexível as particularidades dos públicos diversos que a universidade atende.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese – Universidade Federal do Paraná UFPR, Curitiba, Brasil, 2010.

ANDERSER, C.; BUNDA, T.; WALTERS, M. **Indigenous higher education: the role of universities in releasing the potential**. Austrália: The Australian Journal of Indigenous Education, v. 37, 2008.

ANGNES, Juliane Sachser; COSTA, Zoraide da Fonseca; KLOZOVSKI, Marcel Luciano; ROCHA, Carla Mariana. **A conclusão no ensino superior: o que dizem os egressos indígenas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)**. III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Vitória – ES, 2015.

BAJADA, C.; TRAYLER R. **A fresh approach to indigenous business education**. Australia: Emerald Group Publishing Limited, 2014.

BODKIN-ANDREWS, G.; O' ROUKE, V; CRAVEN, R. G.; YEUNG, A. S. **Engaging the Disengaged?: A Longitudinal Analysis of the Relations Between Indigenous and Non-Indigenous Australian Students' Academic Self-Concept and Disengagement**. Australia: Journal of Cognitive Education and Psychology, 2012.

BOUTON-LEWIS, G. M.; WILSS, L.; LEWIS, D. C. **Changes in conceptions of learning for Indigenous Australian university students**. Australia: British Journal of Educational Psychology, v. 71, 2001.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; JOÃO, C. M. **O turismo indígena e sua influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na Reserva Indígena São Marcos - Roraima**. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 8, n. 3, p. 3-17, 2014.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES JUNIOR, E. **Análise da sustentabilidade do turismo: um estudo em comunidades indígenas no Estado de Roraima, Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 9, n. 3, p. 500-518, 2015.

- BRESLER, R. **Projeto de apicultura e meliponicultura no Parque Indígena do Xingu**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 9, n. 44, p. 23-42, 2004.
- BRITO, L. M. P.; RIBEIRO, E. M.; SOUZA, T. **Bois-bumbás de Parintins: síntese metafórica da realidade?**. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 1, p. 7-30, 2010.
- CASSANDRE, M. P.; AMARAL, W. R.; SILVA, A. **Eu, Alex, da etnia Guarani: o testemunho de um estudante indígena de Administração e seu duplo pertencimento**. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 4, p. 935-947, 2016.
- CHEN, S. H. **The Work-Study Experience Of Indigenous Undergraduates In Taiwan**. Taiwan: Journal of College Teaching & Learning, v. 11, 2014.
- COMISSÃO UNIVERSIDADES PARA OS ÍNDIOS DO PARANÁ**. Quadro sistematizado por AMARAL, Wagner R.. Londrina, 2016
- CORTÉS, L. S. M. **The discourse of interculturality and its transnational migration towards a comparative analysis of its appropriation by academic and political actors in the state of Veracruz**. México: Intercultural Education, 2009.
- CRUZA, K. C.K.; SALZMANB, M. B.; BRISLINC, R.; LOSCHD, N. **Hawaiian attributional perspectives on intercultural interactions in higher education: Development of an intercultural sensitizer**. EUA: International Journal of Intercultural Relations, v. 30, 2005.
- DODGEON, P.; FIELDER, J. **Third Spaces within Tertiary Places Indigenous Australian Studies**. Austrália: Journal of Community & Applied Social Psychology, v. 16, 2006.
- ESTÁCIO, M. A. F., ALMEIDA, D. A. R.; **Indigenous in the Universidade do Estado do Amazonas**. Brasil: Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, 2016.
- EVERSOLE, R.; ROUTH, R. **Collaborative research as an anti-poverty tool: a research partnership between police and indigenous Australians**. Australia: Development in Practice, 2007.
- FERNANDES, R. A.; HANASHIRO, D. M. M. **Explorando Aspectos Indígenas da Gestão Numa Organização Financeira: Jeitinho e Sociedade Relacional**. Revista de Administração Contemporânea, v. 19, n. 3ª E. Especial, p. 328-347, 2015.
- FERREIRA, Sandra Alberta; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. **Um discurso militante sobre o significado do ensino superior e a atuação profissional de estudantes indígenas**. UFES, Vitória – ES: III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2015.
- FERREIRA, H. C. H. **A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ**. Caderno Virtual de Turismo, v. 14, n. 1, p. 79-95, 2014.
- GONZALES, F. C. V.; GARCIA, V. D. B.; ORTEGA, A. J. A. J. **La recolección, venta y consumo de insectos en Toluca, México y sus alrededores**. Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, v. 4, n. 2, p. 96-109, 2012.
- HUAYTA, V. M. R.; PASSADOR, C. S. **Transferência condicionada de renda e segurança alimentar em espaços rurais: uma análise do Programa “JUNTOS” na comunidade indígena de Pilpichaca, no Peru**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 17, n. 60, p. 1-1, 2012.

- LARKIN, S. **Indigenous Perspectives Enriching Scholarship**. Australia: Australian Social Work, 2011.
- LUZ, E. M. **Novos desafios para o instrumental antropológico de identificação de grupos indígenas emergentes**. Revista Brasileira de Marketing, v. 6, n. 2, p. 175-180, 2007.
- LYNDSAY, D.; MACKAY, W. USHER, KIM. **An innovative nurse education program in the Torres Strait Islands**. Australia: Nurse Education Today, 2005.
- MAGUIRRE, M. V.; RUELAS, G. C.; TORRE, C. G. **Women Empowerment through Social Innovation in Indigenous Social Enterprise**. Revista de Administração Mackenzie, v. 17, n. 6, p. 164-190, 2016.
- MAHAR, D. **Instituições internacionais de empréstimo público e o desenvolvimento da Amazônia brasileira: a experiência do Banco Mundial**. Revista de Administração Pública, v. 16, n. 4, p. 23-38, 1982.
- MINTHORN, R. S.; MARSH, T. E. J. **Centering indigenous college student voices and perspectives through photovoice and photo-elicitation**. USA: Contemporary Educational Psychology, 2016.
- ORQUERA, M. F. **Estrategia Ética Sustentable: Un paso más allá del “Utópico” Triple Bottom Line**. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 9, n. 2, p. 43-56, 2011.
- PAES, T. A.; PAES, N. A. **O papel do endomarketing na atividade turística no município da Baía da Traição - PB**. Caderno Virtual de Turismo, v. 9, n. 3, art. 6, p. 71-87, 2009.
- PAULA, M. F. **ICMS ecológico e terras indígenas: um estudo de caso da Reserva Indígena de Marrecas-PR**. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2013.
- PEDRO FILHO, F. S. **Paradigmas e perspectivas estratégicas para o ecoturismo indígena em Rondônia, Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, v. 13, n. 2, p. 227-252, 2013.
- PIDGEON, M.; ARCHIBALD, J.; HAWKEY, C. **Relationships matter Supporting Aboriginal graduate students in British Columbia Canada**. Canadá: Canadian Journal of Higher Education Revue canadienne d'enseignement supérieur, v. 44, 2014.
- PLEVITZ, L. DE. **Special schooling for indigenous students: a new form of racial discrimination?** Australia: The Australian journal of indigenous education, 2006.
- PROQUEST. Disponível em <http://www.proquest.com/LATAM-PT/>. Acesso em Abril/2017.
- QUINZANI, S. S. P.; CAPOVILLA, V. M.; CORRÊA, A. A. **A Pluralidade Gastronômica da Região Amazônica: Sabores Acreanos, Paraenses e do Alto Rio Negro**. Revista Hospitalidade, v. 13, n. 2, p. 248-271, 2016
- RAKENA, T. O.; AIRINI; BROWN, D. **Success for All: Eroding the culture of power in the one-to-one teaching and learning context**. Nova Zelândia: International Journal of Music Education, v. 34, 2015
- REZENDE, L. A. L. DE. **When a university opens itself to diversity: a briefreport on the Intercultural Formation Course for Indigenous Teachers, from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), Brazil**. Brasil: Intercultural Education, 2009.

- RICARDINO, A.; MARTINS, S. T. A. **Governança Corporativa: um novo nome para antigas práticas?.** Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 15, n. 36, p. 50-60, 2004.
- SANCHES, R. A.; VILLAS-BÔAS, A. **Planejando a gestão em um cenário socioambiental de mudanças:** o caso da bacia do rio Xingu. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 2, p. 365-380, 2005.
- SCHMELKES, S. **Intercultural universities in Mexico: progress and difficulties.** Mexico: Intercultural universities, 2009.
- SKEWES, V., J. C. S.; SAMPAIO, C. A.; EGAÑA, S. **La transdisciplina hecha práctica:** el programa honor de estudios ambientales y desarrollo humano sostenible de la Universidad Austral de Chile . Revista Administração em Diálogo, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2006.
- SPELL**, Scientific Periodicals Eletronic Library. Disponível em <http://www.spell.org.br/>. Acesso abril/ 2017.
- STALLIVIERI, L.; GONÇALVES, R. B. **Novas propostas pedagógicas para o desenvolvimento de disciplinas ministradas em línguas estrangeiras nas salas de aula multiculturais.** Revista de Ciências da Administração, v. 17, n. 41, p. 130-142, 2015.
- TÉLLEZ, S.; SANDOVAL, J. C.; GONZÁLEZ, O. **Intercultural University of Veracruz: a holistic project promoting intercultural education.** México: Intercultural Education, 2006.
- TURALE, S. e MILLER, M. **Improving the health of Indigenous Australians: reforms in nursing education. An opinion piece of international interest.** Austrália: International Council of Nurses, 2006.
- USHER, K.; LINDSAY; MACKAY, W. **An innovative nurse education program in the Torres Strait Islands.** Australia: Nurse Education Today, v. 25, 2005a.
- USHER, K.; TURALE, S. GOOLD, S. **Meeting the challenges of recruitment and retention of Indigenous people into nursing: outcomes of the Indigenous Nurse Education Working Group.** Australia: Collegian, v. 12, 2005b.
- VALDIVIEZO, L. A. **Indigenous worldviews in intercultural education: teachers' construction of interculturalism in a bilingual Quechua-Spanish program.** Peru: Intercultural Education, 2010.
- YÁZIGI, E. A. **Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 1, n. 2, p. 137-183, 2007.
- ZAMBRANO, G. A. M.; PÁUCAR, R. P. S. **Mirada altermundista del paradigma del Buen Vivir y pensamiento ecosociocéntrico en un pueblo indígena en México.** Revista Hospitalidade, v. 11, n. 2, p. 133-156, 2014.
- ZIMMERLI, E. R.; SIENA, O. **Conflitos socioambientais decorrentes da construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau no Rio Madeira.** Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 7, n. 3, p. 89-104, 2013.
- ZUANY, R. G. M. **Building hybrid knowledge at the Intercultural University of Veracruz, Mexico an anthropological study of indigenous contexts.** México: Intercultural Education, 2009.